

IMPÉRIO DOS SENTIDOS

CRITÉRIOS E RESULTADOS NA *FOLHA DE S. PAULO*

Cláudio Weber Abramo

A *Folha* é o jornal brasileiro que mais revela preocupação com a projeção de imagem. Seu noticiário faz frequentes alusões aos procedimentos que teriam sido executados durante o levantamento e tratamento das notícias. O jornal edita e comercializa um *Manual Geral da Redação*¹ em que se explicitam os princípios que, idealmente, governariam seu processo produtivo. Mais, existe em operação há alguns anos um "Projeto *Folha*", que incorpora ações de *marketing*, reformas editoriais e de processo de produção, todas elas fartamente propagandeadas. Como é natural, um dos efeitos de toda essa divulgação é incutir no leitor a impressão de que o jornal é, de fato, confeccionado de acordo com todos aqueles rigores e estipulações normativas. É como se a notícia carregasse, como texto subjacente, seu próprio atestado de veracidade.

(1) *Manual Geral da Redação*, 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo, Folha de S. Paulo, 1987.

Tentar-se-á aqui empreender um exame parcial dessa publicação. No exercício se fará referência central às normas explícitas da *Folha*, conforme expostas no *Manual*. Delas transparece uma peculiaridade metodológica crucial, a noção predominante no jornal a respeito do que se entende por objetividade. Da particular objetividade da *Folha* resulta muito do que se reclama nela.

Antes de passar à tarefa, contudo, vale a pena indagar por que esse jornal é objeto de preocupação. Acontece que o público intelectualizado reserva à *Folha* uma atenção que não concede a outras publicações do gênero. Não fosse por isso, o presente artigo sequer teria sido aventado, e não estaria sendo publicado nesta revista. Os motivos para tanto são bastante claros, decorrendo de uma associação que perdurou por muitos anos. Muito do sucesso do jornal dependeu de intelectuais, e muitos intelectuais ganharam projeção nas páginas do jornal. Nestas se fez um pouco da história política recente do país.

Não cabe, aqui, traçar o percurso dessa relação. Interessa observar que, com o passar do tempo, *Folha* e intelectuais experimentaram estremecimen-

tos. Estes se manifestaram em alguns episódios modelares, dois dos quais serão examinados adiante: uma pergunta feita por um jornalista da *Folha* ao candidato à Prefeitura de São Paulo nas eleições de 1985, Fernando Henrique Cardoso, num debate transmitido pela televisão; e a publicação pelo jornal, em 1988, de uma lista de professores da Universidade de São Paulo acusados de improdutividade acadêmica. O primeiro assinalou a primeira rusga séria, o segundo anunciou o divórcio.

Em ambos os casos sucederam-se controvérsias entre intelectuais e representantes do jornal, desenvolvidas em suas páginas, e nas quais os procedimentos jornalísticos deste foram objeto de intensa discussão. O fato de o jornal ter despendido grande esforço na justificativa de seus métodos exatamente no âmbito de diálogos com intelectuais mostra como estes lhe são, ou lhe eram, importantes. A necessidade de recorrer às fontes relativas a tais debates, em especial o segundo deles, acarretou a impossibilidade de discutir a temática central sem abordar, também, um pouco de suas circunstâncias desencadeadoras.

A trajetória da *Folha* é contada de diferentes modos por diferentes autores. Em 1981, para comemorar seus sessenta anos, o jornal encomendou uma história a Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato². A fidedignidade do relato pode ser avaliada pelo fato de o livro resumir a uma legenda a menção ao jornalista Cláudio Abramo (pai do autor)³, responsável por erguer o jornal do virtual anonimato a partir de 1965 e mais tarde, começando em 1975 até 1977, quando ajudou a inspirar e depois chefiar sua transformação de jornal anódino em importante protagonista do processo de redemocratização do país. Uma história "internalista" da primeira fase do "Projeto *Folha*" é empreendida por um de seus formuladores, Carlos Eduardo Lins da Silva, no livro *Mil Dias*⁴. Cláudio Abramo descreve, na obra póstuma *A Regra do Jogo*⁵, alguns episódios salientes no percurso do jornal. Esta última obra é também rica fonte de informações sobre o modo de confecção dos jornais e sobre a atitude ética que se deve esperar do jornalista. Os pressupostos do "Projeto *Folha*" são criticados por Mino Carta num posfácio ao livro de Lins da Silva.

Mandato fantasma

A alta direção da *Folha* exhibe forte necessidade de buscar legitimação formal ou intelectual para a linha editorial que adota. Note-se que isso não é, de modo algum, obrigatório para se conduzir um jornal: mesmo quando as publicações se preocupam com o tema — o que não ocorre em todos os casos —, costumam mencionar "deveres" pelos quais seriam responsáveis. O mais comumente invocado é o "dever de informar", algo que nada esclarece quanto às intenções de quem informa, as quais podem ser as mais variadas. A esse respeito recorde-se que, na eleição presidencial de 1989, o proprietário do jornal *O Globo* e da Rede Globo de Televisão, Roberto Marinho, se deu ao

(2) Mota, C.G. e Capelato, M.H., *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*, São Paulo, Impres, 1981.

(3) A prática da anulação histórica desse importante jornalista não se restringe a Mota. Em seu recente *O Adiantado da Hora* (São Paulo, Summus, 1991), Carlos Eduardo Lins da Silva consegue apresentar uma descrição do desenvolvimento do jornalismo brasileiro fazendo menção lateral a Cláudio Abramo, e declarando ter sido "amador" o jornalismo praticado não só por sua geração como, especificamente, no jornal *O Estado de S. Paulo* durante a década de 1950, quando Cláudio ocupava a Secretaria de Redação.

(4) Lins da Silva, C.E., *Mil Dias*, São Paulo, Trajetória Cultural, 1988.

(5) Abramo, C., *A Regra do Jogo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

trabalho de publicar um editorial em que procurava justificar o noticiário deliberadamente tendencioso que fazia divulgar em favor do então candidato Collor de Mello com base num "dever" de "servir" ao país, que via ameaçado pela candidatura de Luís Ignácio da Silva.

Na *Folha*, considera-se que opções políticas explícitas, como as de Marinho, não são jornalisticamente aceitáveis: o jornal se define como apartidário. Não obstante, o jornal precisa fazer opções, não só políticas como de diversas outras naturezas. Onde, então, buscar justificativas para suas escolhas? No mercado, é a resposta da *Folha*.

Buscando inspiração no processo político-eleitoral, no qual o detentor de mandato eletivo recebe delegação do eleitor para, em seu nome, agir na arena política, a *Folha* costuma justificar suas atitudes editoriais pelo recurso a uma espécie de "mandato" mercadológico. O conceito é expresso no *Manual* do seguinte modo:

Mandato do leitor. Nas sociedades de mercado, cada leitor delega ao jornal que assina ou adquire nas bancas a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde às suas exigências, o leitor suspende esse mandato, rompendo o contrato de assinatura ou interrompendo a aquisição habitual nas bancas.

A solidez de um jornal repousa na solidez e na quantidade de mandatos que lhe são delegados. (p. 33)

Desse modo, o jornal considera que sua linha editorial é legitimada todos os dias pelo leitor, no ato de aquisição. O ponto é exposto de forma explícita:

Liberdade de imprensa. [...] Selecionar e editar o que vai ser publicado não constitui restrição à liberdade de imprensa, porque a *Folha* entende que o leitor, titular do direito que corresponde a essa liberdade, delega ao jornal o mandato para agir assim. (p. 33)

Convém examinar no que importa esse esquema. De início, cabe notar que a pretensa delegação de mandato não decorre de qualquer mecanismo formal, sendo simplesmente auto-atribuída. Os leitores nunca foram consultados especificamente sobre, o assunto. Jamais lhes foi perguntado: "O sr., como leitor da *Folha de S. Paulo*, concorda em delegar ao jornal o direito de, em seu nome, dirigir-se às instituições e ao resto da população?".

O recurso aos mecanismos de mercado como legitimadores de linha editorial pressupõe que os integrantes desse mercado tomem decisões fundadas em deliberações racionais. O leitor exerceria continuamente sua vontade

e avaliaria sua "delegação" no ato cotidiano de adquirir (ou não adquirir) o jornal, de renovar (ou cancelar) sua assinatura. Ora, como bem se sabe, as empresas que agem no mercado não partem de nada parecido com esse tipo de atitude. A criação de hábitos de consumo tem finalidade oposta à de exercitar a racionalidade crítica do consumidor: do ponto de vista de quem vende, quanto mais o comprador adquire produtos por força de rotinas impensadas, melhor. O último comportamento que as empresas esperam do mercado é que se oriente racionalmente. E, na Redação da *Folha*, como de qualquer órgão da imprensa, é total a consciência a respeito da irracionalidade básica do público leitor, ainda mais tratando-se do Brasil.

No ramo dos produtos editoriais dotados de periodicidade, essa consciência da irracionalidade do mercado se revela na grande importância que se confere à venda de assinaturas. O leitor que se compromete a adquirir uma assinatura da *Folha* (ou de qualquer outro produto) é um leitor que, por esse ato, renuncia ao direito de optar todos os dias a respeito do jornal que vai ler.

É claro que o "mandato" do jornal não existe. As pessoas compram jornais sem que com isso esteja implícita uma aprovação daquilo que eles publicam ou deixam de publicar. Do contrário, alguém que discordasse da linha editorial de todos os jornais acessíveis deveria, num ato de "democracia mercadológica" coerente, deixar de comprar jornais. É interessante especular se, na óptica da *Folha*, isso deveria ou não ser acompanhado da decisão de também deixar de ler jornais. Como fica alguém que retira o "mandato" da *Folha* mas continua a lê-la — por exemplo na repartição, na empresa em que trabalha ou furtando o exemplar do vizinho?

Ilusões empiristas

Um jornal se ocupa todo o tempo com os processos observacionais que conduzem a interpretações da realidade. Uma redação de jornal não é o melhor lugar para se travarem discussões filosófico-metodológicas, nem se deve exigir dos escritos normativos que nela circulam um rigor conceitual grandemente desenvolvido. Mesmo assim, vejamos o que diz o *Manual*:

Objetividade. Não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções.

Isso não o exime, porém, da obrigação de procurar ser o mais objetivo possível. Para retratar os fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorreram, bem como suas circunstâncias e repercussões, o jornalista deve procurar vê-los com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse [...]. (p. 34)

Lê-se que os fatos podem ser retratados com fidelidade; não só a forma na qual ocorreram pode ser reproduzida como o mesmo acontece com suas circunstâncias e repercussões. O jornalista que mantiver o distanciamento e a frieza e se mantiver interessado e alerta terá avançado meio caminho em direção à

Exatidão. Informação inexata é informação errada. A busca das informações corretas e completas é a primeira obrigação de cada jornalista. Um jornal só firma seu conceito de credibilidade junto ao seu público quando é conhecido pela fiel transcrição das opiniões que colhe e pela exatidão dos dados que apura e publica. [...] (p. 30)

Percebe-se de imediato que, ao contrário do declarado na primeira sentença do primeiro verbete, a *Folha* professa a crença em uma certa objetividade, ou seja, a que nos é dada pelos órgãos dos sentidos. As concessões que se fazem à "subjetividade", e que contaminam a "objetividade", são aquelas típicas do psiquismo: gostos, hábitos, emoções. Esses são os ingredientes básicos do que se poderia tentativamente identificar como empirismo vulgar. O jornalista da *Folha* é instado a ver objetos, coisas, a adquirir conhecimento pela agregação de observações empíricas. O risco que o observador corre é o de não controlar de modo adequado o funcionamento de suas emoções. Quaisquer duas pessoas alertas que testemunhem um fato fornecerão, dele, descrições que diferirão entre si apenas por detalhes atribuíveis às disparidades de suas conformações psíquicas.

A primazia conferida na *Folha* ao diretamente (?) observável leva à desconsideração da circunstância essencial que envolve toda experiência empírica, a saber, que nenhum dado observacional pode sequer ser apreendido na ausência de uma superestrutura teórica. Um dado sensorial só pode ser compreendido (ou seja, "fazer sentido") quando interpretado à luz de um arcabouço conceitual. É claro que tal se trata de uma trivialidade da teoria do conhecimento; não para a *Folha*, contudo, que parece considerar a mente do repórter ideal como *tabula rasa*, apenas estimulável por "fatos concretos". Assim, diz o *Manual*:

Notícia. É a informação que se reveste de interesse jornalístico: puro registro dos fatos, sem comentário nem interpretação. A exatidão é seu elemento-chave. (p. 33)

Fatos. São a matéria-prima de qualquer tipo de jornalismo. É mais valioso revelá-los do que relatar declarações a respeito deles. (p. 30)

Como se fosse possível "revelar" fatos em si e como se o relato de alguém a respeito de um fato não fosse, em certas situações, mais importante

do que as circunstâncias empíricas nas quais o fato se deu, conforme interpretadas pelo repórter: um policial que descreve uma ocorrência, um político que analisa uma ação presidencial e assim por diante. Na verdade, o noticiário mais delicado dos jornais não diz respeito a situações de baixo conteúdo teórico (como jogos de futebol ou incêndios), mas a ocorrências em que a notícia se constitui da apreensão de fatos por parte dos protagonistas. A política, por exemplo — para mencionar apenas um terreno —, resume-se a isso, sendo vedado ao jornalista acesso a todas as variáveis que intercedem num acontecimento qualquer.

A dificuldade da *Folha* em lidar com a natureza subjetiva dos fatos objetivos se reflete diretamente no modo como o jornal exemplifica, em seu *Manual*, as instâncias de rigor metodológico:

Exatidão. [...] Para a construção da imagem de um jornal, mais importante do que ambiciosas reportagens é a publicação sistemática de textos com informações exatas. Para isso, cifras, números, grafia de nomes de pessoas entrevistadas, horários, datas, locais e todas as outras informações devem ser checados com o maior cuidado. (p. 30)

Reportagem. [...] O repórter em campo deve ser cuidadoso na anotação dos dados, em especial números e nomes, que devem ser reproduzidos sem nenhum erro. Deve sentir e registrar o ambiente para poder relatá-lo ao leitor. [...] (p. 122)

"Exatidão", portanto, é reproduzir corretamente coordenadas espaço-temporais, nomes etc. Mesmo ao discorrer sobre a idéia de "contexto" o *Manual* não consegue ultrapassar o plano mais elementar:

Contexto. Quando o leitor lê uma reportagem a respeito de uma determinada cidade, não está obrigado a saber onde ela se localiza, quantos habitantes tem, quais suas principais atividades econômicas etc. Ao ler sobre a morte de uma atriz, não está obrigado a saber que filmes ela estreou, se havia abandonado a carreira há poucos anos etc. [...] (p. 72)

Em outro lugar admite-se o risco da contextualização forçada, encaçada, contudo, sob o ponto de vista limitado da técnica de edição:

Notícia. [...] vários fatos, descritos com exatidão, podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir uma informação ou inseri-la pode alterar o significado da notícia. O jornalista da *Folha* não deve usar esses expedientes. [...] (p. 33)

Uma das funções dos jornais é oferecer análises do noticiário. Quem faz uma análise recorre a suas experiências, conhecimentos e opiniões. Não para a *Folha*, porém, que espera de um analista a capacidade de analisar na ausência de opinião:

Análise. Texto que explora diversos aspectos de um fato ou uma situação, em especial seus antecedentes e suas consequências. Em geral, o autor da análise se abstém de opinar. [...] (p. 149)

A fixação do jornal com a exatidão superficial se exhibe com clareza numa seção diária a que se dá o nome de "Erramos". Ali é descrito aquilo que a Redação identifica como equívocos de edição. Como qualquer leitor da *Folha* pode verificar por si mesmo, a maioria esmagadora das admissões de erros se refere à grafia de nomes de pessoas, indicações geográficas que mesmo quando corretas nada informam ("a cidade A fica a X km da cidade B e não a Y km, como publicado na edição do dia tal") e assim por diante. Em contraste, é muito raro apontarem-se os muitíssimos erros conceituais, equívocos na abordagem de matérias, hipervalorizações de deslizes de personagens noticiados etc. Imagina-se que, com isso, o leitor médio reflita que o jornal deve ser muito bem feito, uma vez que praticamente só erra em bobagens.

Outras exhibições da noção de que a *Folha* só pretende noticiar o observável encontram-se ao longo do *Manual*. Por exemplo:

Estados emocionais. Jornalista não é escritor. Tudo o que ele disser a respeito de um personagem de notícia deve ser verificável por terceiros, ao menos no momento a que se refere o texto.⁶ O jornalista não deve especular sobre os estados emocionais, pensamentos e intenções dos personagens, exceto quando escrever textos de análise/interpretação ou artigos.

(6) Não se esclarece como isso seria possível.

Mas ele pode e deve registrar indícios de estados emocionais do personagem. Exemplos:

Em vez de dizer que "o governador demonstrava sinais de visível nervosismo na entrevista coletiva que concedeu ontem", dizer que "na entrevista coletiva que concedeu ontem, o governador fumou oito cigarros em quarenta minutos".

Em vez de dizer que "a atriz Maria da Silva estava exultante e realizada após a estréia de ontem à noite", dizer que "a atriz Maria da Silva encomendou uma garrafa de champanhe para comemorar nos camarins a estréia de ontem à noite". (p. 76)

A *Folha* consegue, assim, extrapolar o projeto dos empiristas primitivos mais radicais, virtualmente negando a possibilidade de alguém referir-se às

emoções de outras pessoas; concede-se no máximo que o jornalista tenha consciência de suas próprias emoções, que no entanto deve reprimir:

Emoção. O texto jornalístico deve registrar a emoção nos eventos que notícia e transmiti-la ao leitor.⁷ Mas o jornalista não deve se deixar envolver pela emoção no desempenho de seu trabalho. O jornalista também deve impedir, ao registrar a emoção do fato, que seu texto se torne choroso, triunfalista, eufórico ou piegas. A emoção deve ser registrada sem que o texto se torne ele mesmo emotivo. (p. 75)

(7) Quer dizer, informando que o personagem roeu unhas, fumou, tamborilou os dedos sobre a mesa etc.

Caso esse patrulhamento não seja praticado corre-se o risco de descambar na

Pieguice. Jornal não é telenovela. O leitor compra jornal para se informar, não para se comover. Os textos jornalísticos devem ser secos, precisos, econômicos e, acima de tudo, exatos. (p. 93)

Na busca da "objetividade" absoluta o *Manual* chega a afirmar coisas como as seguintes:

Povo. Evitar o termo; é impreciso e emocional. [...] (p. 94)

Segmento social. Sugere uma idéia muito esquemática da sociedade. É preferível usar grupo social.⁸ (p. 96)

(8) Não se esclarece qual é, exatamente, a vantagem conseguida na operação.

A crença na possibilidade de uma linguagem observacional "neutra". por parte dos idealizadores do "Projeto *Folha*" levou-os a incluir no *Manual* estipulações estritas quanto ao uso da língua:

Reportagem. Deve ser escrita com economia de adjetivos e advérbios, mesmo quando o repórter combina informações com interpretações. O texto da reportagem deve ser concreto, substantivo. Quando um adjetivo for indispensável, que seja o mais substantivo possível. (p. 95)

Categorias gramaticais inteiras são abolidas do vocabulário jornalístico conforme entendido pela *Folha*. Por exemplo:

Adjetivos. [...] A opinião sustentada em fatos é muito mais forte do que a adjetivada. (p. 67)

Advérbios. [...] Deve-se evitar os advérbios qualificativos, como os de afirmação ("certamente", "efetivamente"), intensidade ("bastante") e modo ("fielmente", "levemente", "definitivamente"). [...] Esses advérbios costumam ser usados por quem não tem o que dizer e quer gastar tempo (ou espaço). [...] (p. 67)

Mesmo no que diz respeito a editoriais, aos quais a tradição atribui a função de exprimir a opinião dos jornais (o que, incidentalmente, é só meia verdade, uma vez que a principal expressão da opinião se faz no modo de produção e de edição), a *Folha* procura legislar no sentido de lhes retirar parte da expressividade:

Editorial. [...] deve dispensar a linguagem empolada, evitar a ironia e a interrogação, quase nunca adotar a exclamação. (p. 75)

A preocupação em manter a informação divulgada inscrita em limites estreitos aparece até nas instruções que acompanham o modo como elementos gráficos devem ser apresentados:

Legenda. [...] As legendas devem:

- a) ligar-se unicamente à foto, gráfico ou mapa;
- b) descrever o conteúdo da foto, gráfico ou mapa, ou salientar um aspecto relevante nesse conteúdo;

[...]

Além das normas acima, as legendas de fotografias devem:

[...]

- e) evitar menções a qualquer informação que estiver no texto mas não na foto. (pp. 84-85)

Com isso, o leitor da *Folha* acostumou-se a encontrar no jornal legendas de fotografias que descrevem estritamente aquilo que o leitor enxerga na imagem. Assim, numa foto em que Mikhail Gorbachev aparece limpando a testa com um lenço, a legenda diz: "Mikhail Gorbachev limpa a testa com um lenço".

Em circunstâncias normais o eventual leitor poderia colocar sob suspeição a fidedignidade da exposição até aqui: dada a ingenuidade metodológica observada, será que os exemplos citados do *Manual Geral da Redação* da *Folha* não foram pinçados de modo a transmitir uma impressão desfavorável? Mais, mesmo supondo que o *Manual* de fato transmita aquelas estipu-

lações, será verdadeiro que os jornalistas da *Folha* o obedecem em seu trabalho cotidiano?

Quanto à primeira indagação, basta observar que as instâncias exibidas esgotam a ocorrência de temas metodológicos no documento em pauta. Não existem, ali, outras manifestações que não as apresentadas: tudo o que a *Folha* oferece em matéria de fundamentação está replicado acima.

No que tange à segunda pergunta, a resposta deve ser mais qualificada. Os escalões inferiores da Redação da *Folha* precisam obedecer à risca o *Manual*, o qual funciona como corpo legislativo, que justifica demissões de funcionários. Como em toda estrutura organizacional, contudo, os funcionários graduados têm mais liberdade; e pessoas que sabem escrever, editar, produzir, quase nunca são incomodadas pelo *Manual*. O documento funciona para uniformizar a produção da massa da Redação — que é responsável pela maior parte daquilo que é publicado — e, em especial, para disseminar o que se poderia denominar de "ideologia *Folha*".

Tais funções são cumpridas com eficácia variável, pois o jornalista da *Folharão* é assistido, no seu dia-a-dia, por uma supervisão constante: ele recebe elogios ou punições no dia seguinte. Na *Folha* o *Manual* substituiu o superior mais experiente em seu papel formativo. Deste último retirou-se a função tradicional de educar os ingressantes na profissão; a *Folha* não tem editores, mas administradores burocrático-ideológicos de editorias. Como resultado, o aprendiz de jornalista transforma-se em profissional sem ter sido instruído — e com isso deixa de ter seus vícios apontados e corrigidos. A bem dizer, esse fenômeno não é exclusivo da *Folha*, mas permeia toda a indústria editorial brasileira, que experimentou notável involução qualitativa ao longo dos últimos dez ou quinze anos. O jovem egresso da Universidade, que fez um curso de letras, sociologia, ciência política ou jornalismo, e que em nenhum momento de sua trajetória acadêmica foi avaliado ou submetido a uma prova, chega à redação julgando-se um Graham Greene. Isso também acontecia no passado, mas havia um ambiente propício à correção. Hoje o único instrumento à disposição do editor é a demissão.

O que falta em aperfeiçoamento profissional sobra em doutrinação. Como seria de esperar, os aspectos mais crus da "ideologia *Folha*" são logo apreendidos: a tendência a interpretar literalmente declarações, examinar superficialmente acontecimentos (ou melhor, não examiná-los), considerar que o mundo é composto de manifestações observáveis. Outro fenômeno bastante nítido que se verifica no profissional formado pela *Folha* é a crença de que o jornalista não deve ter opinião sobre coisa alguma quando no exercício de sua função. É como se, naquelas horas em que trabalha para o jornal, ele pairasse privilegiadamente sobre o mundo.

Deus ilumina a *Folha*

São Paulo, noite de 11 de novembro de 1985. Na televisão, candidatos à sucessão direta do então prefeito indireto Mário Covas (era governador

Franco Montoro) participavam do último debate antes do pleito, que se realizaria quatro dias depois. Ainda em um único turno, a eleição se travava em torno de dois dos inúmeros candidatos: de um lado, presente no debate, com uma pequena vantagem aparente, Fernando Henrique Cardoso, então senador pelo PMDB; de outro, ausente na ocasião, Jânio Quadros, que se filiara ao PTB para tomar parte da disputa.

Fernando Henrique representava uma posição progressista, que contava com apoios diversificados — exceto do Partido dos Trabalhadores, que, apesar da nítida polarização do pleito, decidira manter seu candidato, Eduardo Suplicy. Jânio Quadros estava solidamente plantado no terreno conservador, com alianças políticas integralmente à direita. A campanha de Jânio descera a níveis baixíssimos; poupando de todo o candidato petista, os aliados de Jânio submeteram Fernando Henrique a uma forte barragem difamatória, provocando a indignação de parte da intelectualidade de esquerda.

Além dos candidatos encontravam-se presentes no estúdio vários jornalistas que agiam como entrevistadores. Entre estes Boris Casoy, ex-editor-responsável da *Folha* e na época editor da coluna política "Painel", e conhecido pelas posições de direita. Da metade para o fim do debate, cabendo a Casoy a vez de fazer uma pergunta, dirigiu-a a Fernando Henrique. Travou-se então o seguinte diálogo, reproduzido com pequenas correções da transcrição publicada em 12/11/85 na *Folha*:⁹

Casoy — [...] Senador, o senhor acredita em Deus?

Cardoso — Essa pergunta o senhor disse que não me faria.

Casoy — Eu não disse nada.

Cardoso — Perdão, foi num almoço sobre este mesmo debate.

Casoy — Mas eu não disse se faria ou não faria.

Cardoso — É uma pergunta típica de quem quer levar uma questão que é íntima para o público, uma pergunta típica de alguém que quer simplesmente usar uma armadilha para saber a convicção pessoal do senador Fernando Henrique, que não está em jogo. Devo dizer ao [jornalista] Boris Casoy que esse nosso povo é religioso. Eu respeito a religião do povo e, na medida em que respeito a religião do povo, automaticamente estou abrindo uma chance para a crença em Deus.

Casoy — A pergunta não foi respondida. Não se trata de uma armadilha, nem de convicção pessoal.

[Interrupção irrelevante por parte de um candidato, dirigida ao mediador e comentada por este. Em seguida, Casoy retoma a palavra.]

Casoy — Mas só quero afirmar que não considero respondida a pergunta ao sr. Fernando Henrique Cardoso.

[O mediador concede a palavra a outro jornalista.]

(9) "Eymael pede igual participação de todos os candidatos", *Folha*, 12/11/85, p. 19.

Nos três dias seguintes, a contrapropaganda janista passou a referir-se

a Fernando Henrique como "o candidato ateu", explorando todas as ramificações e possibilidades dessa pecha.

Fernando Henrique perdeu a eleição para Jânio Quadros por pequena margem de votos. Embora o principal fator da derrota tivesse sido a indisponibilidade de o eleitorado petista transferir seus votos ao senador, para muitos o "caso de Deus" teve um papel decisivo. O interesse aqui não é determinar o peso do episódio televisivo no resultado eleitoral, mas analisar a atitude da *Folha*. Embora a participação do jornal no desencadeamento da questão se tivesse dado por interposta pessoa, a *Folha* assumiria a responsabilidade pela pergunta de Casoy. Estava ou não estava o jornalista justificado a fazer a pergunta ao senador? A dúvida foi expressa por leitores e articulistas do jornal. Atacado, o jornal afirmou a autonomia da imprensa quanto à decisão sobre o que cobrir e não cobrir, o que perguntar e não perguntar.

Uma polêmica que se travou entre o filósofo José Arthur Giannotti e o diretor de Redação do jornal, Otavio Frias Filho, serviu para explicitar alguns dos artifícios pelos quais se dá o funcionamento do gênero de objetividade professado pelo jornal. Excluindo umas poucas incursões laterais, a argumentação de parte a parte centrou-se na questão de saber quais são os limites a que o jornalista deve se prender no exercício de sua atividade. Giannotti, de seu lado, cobrava de Frias Filho a obediência a limites que ele, Giannotti, julgava deveriam ser compartilhados pelo diretor da *Folha*. Para o filósofo a atividade política definiria fronteiras cuja transgressão ameaçaria a própria subsistência da política — seria o caso da pergunta. Frias Filho, por sua vez, não só negava tal submissão como asseverava a autonomia do jornalista individual perante cada situação.

Em vez de parafrasear o desenvolvimento do debate, melhor é reproduzir seus momentos relevantes para a presente discussão. Foram, no total, cinco artigos, todos publicados na página 3 da *Folha*: Giannotti: "A imprensa antropofágica", 28/11/85 (no que segue designado como "Imprensa"); Frias Filho: "A política antropofágica", 3/12/85 ("Política"); Giannotti: "Antropofagia renitente", 8/12/85 ("Renitente"); Frias Filho: "Ossos do ofício", 19/12/85 ("Ossos"); Giannotti: "Ofício de coveiro", 19/12/85 ("Coveiro").

A pergunta essencial foi expressa por Giannotti já em seu primeiro artigo:

Giannotti: [...] cabe indagar se [o jornalista] é demiurgo dotado do poder de instaurar as próprias regras de sua profissão e da constituição da notícia. Quais são os compromissos assumidos com o interlocutor, com o leitor e com o acontecimento? ("Imprensa")

Frias Filho: Se estou convencido de que a liberdade de expressão está acima das normas já que ela representa a garantia de poder mudar todas elas, se entendo que essa liberdade não depende portanto de uma legitimidade de consenso mas que desfruta pelo contrário de uma

legitimidade objetiva, incircunstanciada, absoluta, tenho de admitir que em nome da liberdade de expressão cada um pode propor o que bem entender ao juízo dos seus iguais. ("Ossos")

Giannotti: *Fala-se em jornalismo crítico; a liberdade de imprensa lhe asseguraria total amplitude de movimentos. [...] Levada às últimas consequências, essa estratégia transforma a notícia no deslize. O que o jornalista procuraria fazer, no fundo, seria desclassificar o entrevistado, tentando mostrar sua fraqueza, o outro lado da medalha. ("Imprensa")*

Frias Filho: *São de fato os limites do direito de pergunta que Giannotti levanta em face de uma indagação que a seu ver solapa as regras públicas do debate para produzir a notícia como deslize. ("Ossos")*

Para Giannotti teria havido invasão da privacidade de Cardoso [...]. Mas na pergunta de Casoy o que era embaraçoso não era a pergunta, era a resposta. [...] O que Giannotti chama de direito à privacidade eu preferiria chamar de direito a não se estrepar num debate eleitoral.

Sim, o problema com efeito não está na pergunta, está na intenção de unir essa pergunta a um determinado candidato [...]. ("Política")

Giannotti: *Ora, na política moderna a questão religiosa não tem a mínima relevância. [...] A pergunta do jornalista a respeito da fé do político rompe, portanto, as regras da política, que jornalista e político tinham aceito ao participarem dum debate que se presumia político. [...] Não sejamos ingênuos: por trás do véu da liberdade de imprensa, a pergunta visava estrepar o outro, consistindo numa atitude eminentemente política [...]. ("Imprensa")*

Frias Filho: *[...] Política moderna só pode ser aí no sentido da política moderna da Holanda: as vítimas do aiatolá Khomeini, para ficar apenas num contraponto, estão excluídas dela. ("Política")*

Sim, mas convicção religiosa não é pertinente quando se trata de escolher um administrador público. Não é pertinente para quem não é religioso, como Giannotti ou eu próprio. Para o devoto ela é a coisa mais pertinente de todas, se não é a única pertinente. ("Ossos")

Giannotti: *[...] não existe jornalismo crítico que não se conforme a certas regras, quer do mercado, quer da profissão. Que linha o jornal deve seguir?*

[...] o jornalista está cumprindo seu dever profissional ao perguntar a um político se ele acredita em Deus? Por que então não descer a detalhes de sua vida sexual? ("Imprensa")

Frias Filho: *O critério é sempre o resultado. Para a imprensa só pode ser considerado de interesse público numa campanha eleitoral aquilo que se mostra capaz de exercer consequências na esfera do resultado eleitoral. A pergunta de Casoy se enquadra nessa definição [...] ("Ossos")*

O critério é o resultado, cuja pureza é garantida pela posição privilegiadamente neutra do jornalista. Testemunha de fatos predefinidos como objetivamente oferecidos ao exame e independentes do observador, cabe ao jornalista relatá-los. Neutro na observação, neutro na descrição, sem intenções, crenças, valores ou opiniões, o jornalista de Frias Filho é como um detector, que registra aquilo que seu operador (o chefe hierárquico) especifica.

Frias Filho admite que uma pergunta não existe de forma isolada, se associa a um indivíduo a quem é formulada. É curioso observar que o diretor de Redação da *Folha* não dá o passo imprescindível para completar o pensamento: além de pergunta e perguntado, há um perguntador, que faz parte do fenômeno circunscrito por uma entrevista. Como indicou Giannotti,

[...] a indagação a respeito da fé do candidato não é psicanalista nem behaviorista, mas simplesmente janista. Não cabe tapar o sol com a peneira: o jornalista sabia o conteúdo da resposta; não estava, pois, interessado em fazer qualquer descoberta ou desdobrar uma interpretação, muito menos informar seu público; fez, isto sim, um lance duma montada guerra psicológica. ("Coveiro")

É, de fato, impossível ter conhecimento das intenções recônditas nas mentes das pessoas, e assim se torna impossível saber se, na realidade, Boris Casoy estava ou não cumprindo o objetivo político de embaraçar o candidato Fernando Henrique Cardoso. A inacessibilidade a tais intenções de um lado dá ao jornalista uma liberdade de movimentos usualmente negada a outras pessoas; ao mesmo tempo, contudo, pousa sobre seus ombros a responsabilidade de exercer uma aquilatação constante sobre os limites dessa liberdade. O que Frias Filho advoga é a inexistência de peias: o jornalista não deve pensar, deve agir. Ação sem pensamento, que faz a *Folha* apresentar a seus leitores um mundo esquizóide, feito de impressões sensoriais desarticuladas entre si. Ou, como pôs Giannotti,

A razão sem as peias do entendimento, sem as regras que permitem mapear o mundo, nada mais é do que a vontade no seu delírio. ("Coveiro")

Festival de equívocos

No dia 21 de fevereiro de 1988 a *Folha* publicou uma lista de 1.108 nomes de professores da Universidade de São Paulo que, no período 1985-1986, não teriam publicado um único trabalho. A fonte atribuída à lista foi a Reitoria da USP, conforme expresso em chamada de primeira página dedicada ao assunto:

*[...] um quarto de seus professores nada produziu. Este é o resultado do levantamento preliminar feito pela reitoria.*¹⁰

(10) Fromer, A., "USP faz lista dos seus improdutivos", *Folha*, 21/2/88, p. A-1. Grifo do autor.

Conforme a notícia, a lista (ao que se comentou à época "vazada" de propósito pela Reitoria) teria sido elaborada a partir de respostas a "questionários enviados aos docentes", em que estes deveriam "informar sobre todos os trabalhos publicados nos anos de 85 e 86"; também se fazia alusão a um levantamento que "as bibliotecas" teriam feito.

O tema ocupou cinco páginas daquela edição (A-28 a A-32). Juntamente com a lista publicaram-se os seguintes itens de noticiário:

- Um texto de continuação da primeira página, assinado por Ana Fromer com colaboração de Laura Capriglione¹¹ — a primeira então editora de Educação e Ciência e a segunda editora-assistente da mesma editoria —, em que se misturavam comentários e esclarecimentos a respeito da lista.

(11) Fromer, A. e Capriglione, L., "Pesquisa da USP mostra que 1/4 dos docentes nada produz", *Folha*.

- Um "box" da matéria acima, intitulado "A lista contém erros evidentes", em que eram mencionadas pessoas que, no período em questão, haviam publicado artigos na própria *Folha*¹².

- Algumas tabelas e gráficos resumindo informações relativas ao tema.

- Quatro artigos, do economista Paul Singer, do então reitor da USP, físico José Goldemberg (também incluído na lista de "improdutivos"), do então correspondente da *Folha* em Nova York, Paulo Francis (com *byline* de São Paulo), e do físico (da Universidade Estadual de Campinas) Rogério César de Cerqueira Leite, membro do Conselho Editorial do jornal.

- Pequenos depoimentos de catorze professores da USP cujos nomes constavam da lista.

(12) Levar em consideração artigos em jornal como exemplos de produção acadêmica era justificado por identificação com o critério empregado pela USP na elaboração da lista.

A publicação desse material daria lugar a vasta repercussão, retratada nas páginas do jornal por cerca de dois meses através de inúmeros artigos, cartas e depoimentos. O jornal também promoveria um debate público sobre o tema. O objetivo aqui não é descrever a polêmica, mas analisar a posição da *Folha*. Por isso, começemos por examinar as características do noticiário do dia 21 de fevereiro sob o ponto de vista técnico.

Do exame do material transparece imediatamente que houve sérios problemas de apuração e de edição. Quatro pontos se salientam, todos eles em direta contradição com o estipulado no *Manual Geral da Redação*: (1) A

lista continha erros, que eram do conhecimento dos responsáveis pelo jornal; (2) O jornal não procurou ouvir todas as pessoas relacionadas na lista, limitando-se a fazê-lo quanto a algumas poucas delas; (3) A lista era preliminar, como expresso na própria chamada de primeira página da notícia; (4) O jornal identificou produtividade acadêmica à publicação de artigos e/ou livros.

Os erros da lista. A primeira circunstância é a mais significativa. Se a direção do jornal sabia que na lista eram erroneamente mencionados indivíduos que, na verdade, haviam publicado no período, cabe indagar por que a suspeita de equívoco não foi estendida a toda a relação. O exercício do ceticismo é, afinal, básico no jornalismo. No caso, o ceticismo seria ainda mais exigível levando-se em conta que a lista havia partido do órgão governativo de uma instituição, a USP, que o jornal considerava suspeita de incompetência. Em 4/3/88, Matinas Suzuki Jr., então secretário de Redação da *Folha*, escreveria:

*Não importa tanto que a lista — até por sua mendicância metodológica — revele uma incompetência da reitoria para conhecer sua própria universidade.*¹³

(13) Suzuki Jr., M., "O Cen-trão da USP", *Folha*, 4/3/88, p. A-3.

Num artigo publicado em 8/3/88, o diretor de Redação da *Folha*, Otavio Frias Filho, afirmaria:

*[...] a informação era que a reitoria tinha preparado e mantinha em segredo uma lista que denunciava professores faltosos enquanto acusava injustamente outros que nada tinham a dever, sem que se soubesse [isto é, sem que o jornal soubesse] exatamente quais eram uns e outros.*¹⁴

(14) Frias Filho, O., "Nem amigos nem inimigos", *Folha*, 8/3/88, p. A-3.

Ora, os dados oriundos de uma fonte incompetente precisam ser duplamente checados, ainda mais quando a desconfiança quanto à fidedignidade das informações é confirmada por fatos que são de plena ciência do jornal. E se este não sabia "exatamente quais eram uns e outros", cabia-lhe investigar. Observe-se que a publicação de uma lista de nomes com erros conhecidos seria o pior dos anátemas, na óptica oficial da própria *Folha*. O *Manual* é explícito a esse respeito, como atesta, por exemplo, o verbete *Exatidão* (p. 30), mencionado acima.

A letra do *Manual*, porém, não é suficiente para compreender a atitude editorial da *Folha*. Enquanto para a maior parte dos leitores o verbete em questão descreveria todos os motivos para que a direção da *Folha* vetasse a publicação da lista, sua interpretação interna não é necessariamente essa, ou não é essa em todos os casos. Em outro verbete do mesmo *Manual*, afirma-se:

Publicar tudo. A Folha não esconde informações. A recomendação é publicar tudo o que se sabe, tudo o que é notícia, exceto nos casos de que trata o verbete Razões de segurança. (p. 35)

O verbete aludido, por seu lado, especifica:

Razões de segurança. A Folha publica tudo o que sabe. Em casos excepcionais, porém, pode decidir não publicar informações cuja divulgação coloque em risco a segurança pública, a segurança de uma ou mais pessoas ou a segurança de uma ou mais empresas. (p. 36)

No caso da lista, o raciocínio da *Folha* poderia ter se processado do seguinte modo: (1) a *Folha* sabia da existência da lista; (2) a lista era notícia; (3) a *Folha* não esconde informações; (4) não havia "razões de segurança" envolvidas, que desaconselhassem sua publicação; (5) as "cifras, números, grafia de nomes de pessoas entrevistadas, horários, datas, locais e todas as outras informações" foram (presume-se) "checados com o maior cuidado", ou seja, a lista publicada era uma reprodução fiel da lista da Reitoria. No artigo já citado, Frias Filho exporia exatamente a culminância desse raciocínio:

*[...] como falar em verdade, ainda que jornalística, a respeito de uma relação de nomes repleta de mentiras e que mesmo assim é publicada? É que sob o ponto de vista da técnica jornalística, a verdade da existência da lista tampouco se confunde com a verdade do seu conteúdo e sentido.*¹⁵

Nessas poucas palavras está expressa toda a noção de objetividade vigente na *Folha*. As coisas são o que são, encerrando-se no limite das percepções sensoriais. Se existe algo naquele momento, é tudo o que existe. Não cabe articular uma lista de nomes com as pessoas designadas pelos nomes ou com o processo de confecção: trata-se de "verdades" distintas, que não ocupam o mesmo lugar no tempo e no espaço. Cada qual deve ser examinada por seus próprios méritos, transparentes naquilo que se apresente pontualmente ao observador.

A respeito desse tipo de individualização dos acontecimentos Cláudio Abramo costumava contar uma piada, que se aplica à situação em tela. Um indivíduo se barbeia de manhã, frente ao espelho do banheiro. Sua mulher se aproxima e se trava o seguinte diálogo:

- A empregada pediu demissão.
- Problema seu.
- Ela diz que está grávida.
- Problema dela.

(15) Frias Filho, O., ob. cit. Grifo do autor. Frias Filho dirigia-se a Antonio Candido, que havia escrito artigo sobre o assunto. Ver abaixo.

— Diz que o pai é você.

— Problema meu.

Sem tirar os olhos do espelho, Frias Filho censura a atitude de tentar obter uma imagem mais estruturada do mundo:

*Para que tais verdades voltassem a se unificar, seria preciso ressuscitar um jornalismo que felizmente começa a cair em desuso [...]*¹⁶

(16) *Idem.*

Como principal representante de um jornalismo baseado no empirismo hipermilitante, Frias Filho, queria fazer crer que o noticiário em pauta não se referia a professores "improdutivos", mas a uma lista desses professores, e que confundir uma coisa com a outra seria tentar "ressuscitar" um jornalismo fora de moda: para ele a notícia não eram os professores, mas um pedaço de papel! A informação da lista publicada era "exata", nos termos em que "exatidão" se entende na *Folha*: o "fato" era a existência de uma relação elaborada por outrem, a "exatidão" esteve em reproduzir a lista sem erros de digitação; não era a *Folha* a responsável pela elaboração, caso em que a fidedignidade das informações seria de sua responsabilidade direta. Com efeito:

Denúncias. A *Folha* revela, aponta, constata, apura, divulga. A *Folha* jamais denuncia. O jornal registra denúncias de terceiros, mas garante aos denunciados o direito de expor seus pontos de vista junto com os dos denunciantes. (p. 29)

"Ouvir o outro lado". Isso nos leva ao segundo ponto: ao contrário do expresso no *Manual*, o jornal patentemente não proporcionou a garantia expressa, tema esse que é, de todos, o mencionado com maior frequência naquele *vade mecum*:

Reportagem. [...] Todas as versões contraditórias devem ser oferecidas ao leitor. [...] (p. 122)

Ouvir o outro lado. Todo fato comporta mais de uma versão. A *Folha* deve sempre ouvir "o outro lado". (p. 34)

Ouvir o outro lado. Quando o jornalista tiver uma informação que implique aspectos desfavoráveis a uma pessoa ou entidade, deve tentar ouvir "o outro lado" em seguida. Sempre que possível, a *Folha* publica as duas versões na mesma edição.

Se não for possível ouvir "o outro lado" no mesmo dia em que a acusação lhe foi feita, deve constar do texto a explicação dos motivos.

Exemplo: "José da Silva, procurado pela *Folha* para responder às acusações de Antonio da Silva, não foi encontrado nem em seu escritório nem em sua casa". [...]

O conceito de "outro lado" não deve ficar restrito a acusações criminais. Deve ser ampliado para críticas de ordem pessoal ou política. A *Folha* deve sempre tentar ouvir e registrar todas as possíveis versões para um fato.

O "outro lado" deve ter suas afirmações registradas logo após as declarações de quem o acusa, critica ou tem opiniões divergentes das suas. Os dois lados devem ter espaço similar no texto. (p. 118)

Como, no caso da lista dos "improdutivos", os nomes mencionados seriam transgressores de um papel social esperado e exigível, caberia ainda, *mutatis mutandis*, aplicar o estipulado nos verbetes relativos a acusações criminais:

Acusações criminais. A *Folha* não endossa acusações criminais [...] enquanto não forem confirmadas por sentença criminal transitada em julgado. [...]

Em caso de flagrante delito ou confissão espontânea, essa norma pode deixar de ser observada. Em qualquer caso, nenhum texto com acusações criminais deverá ser publicado enquanto não forem esgotadas todas as possibilidades de ouvir a parte acusada, a fim de que suas declarações sejam apresentadas ao leitor na mesma edição. (p. 27)

Acusações criminais. [...] O jornal não deve publicar o texto até que tenham sido esgotadas todas as possibilidades de ouvir a parte acusada; o ideal é que as declarações das duas partes sejam apresentadas ao leitor na mesma edição [...] (p. 103)

Esses verbetes trazem de modo suficientemente explícito todas as razões pelas quais a publicação da lista foi realizada de modo tecnicamente errado pela *Folha*, motivo pelo qual se torna ocioso oferecer elaborações ulteriores. Cabe observar que, obviamente, não seria possível ao jornal "ouvir o outro lado" tratando-se de 1.108 "outros lados"; isso, porém, não deveria ser motivo suficiente para que a condição fosse meramente ignorada. Deve ter havido algum desconforto quanto ao problema, uma vez que o jornal entrevistou catorze professores; ficou, digamos, "meio grávido". No entanto, também em contradição com as normas da Redação, não constava do noticiário qualquer explicação para tal restrição: por que aqueles, e não outros?

Endosso preliminar. Tendo em vista a quantidade de falhas de natureza técnica cometidas pelo jornal, é curioso que Frias Filho declarasse que

*A Folha cercou a publicação da lista de uma série de restrições, ressalvas e cautelas [...]*¹⁷

(17) Frias Filho, O., ob. cit.

O material publicado decerto não exibiu indícios de que se tivessem aplicado "restrições, ressalvas e cautelas". O primeiro dos verbetes *Acusações criminais* mencionado acima especifica que "A *Folha* não endossa acusações criminais [...] enquanto não forem confirmadas por sentença criminal transitada em julgado". No caso, "sentença criminal transitada em julgado" significaria uma lista apresentada pela Reitoria da USP como de professores formalmente acusados de transgressão de expectativas acadêmicas. A lista publicada, porém, era preliminar, como informado pelo próprio jornal na chamada de primeira página. Pode-se ter certeza de que, se alguém fizesse publicar uma lista "preliminar" de integrantes da direção da *Folha* possivelmente culpados de tráfico de influência, o jornal reagiria com energia, e sem dúvida recorreria às estipulações de seu *Manual* para demonstrar a irresponsabilidade do acusador¹⁸.

(18) Esse ponto foi, na polémica, frisado por Antonio Candido.

Produtividade. Desde a primeira edição o jornal se referiu à relação de nomes como "a lista dos improdutivos"; esse foi o título empregado para encabeçar o espaço dedicado às discussões sobre o tema nas semanas seguintes. Como assinalado em artigos publicados pela *Folha*¹⁹, embora a publicação de artigos seja um índice universalmente empregado para medir a intensidade de parte da produção acadêmica, trata-se apenas de um índice, e não é o único. "Produtividade acadêmica" em sentido lato é algo vago e que inclui inúmeros outros fatores: formação de discípulos, formação de grupos, fortalecimento de condutas acadêmicas responsáveis, montagem de cursos, especificação de normas e currículos, participação em seminários, congressos e assim por diante, numa lista que vai longe. O conceito é muito plástico, dependendo de inúmeros determinantes socioculturais e variando não só de país para país como também de universidade para universidade em um mesmo país, sem mencionar as evidentes distinções entre áreas do conhecimento. A atividade política no âmbito de uma certa instituição acadêmica em certa época pode perfeitamente ser sinal de alta produtividade, como também pode ser indício de desvio, em outro caso. Seja como for, identificar quantidade de publicações com produtividade acadêmica é um erro técnico. O jornal foi culpado de tê-lo cometido²⁰, embora seu *Manual* traga as advertências apropriadas, por exemplo no verbete *Notícia* (p. 33 — ver acima). Também não se poderia alegar ignorância, pois

(19) Por exemplo, Femandes, F., "Essência e aparência", *Folha*, 17/3/88, p. A-3; depoimento de Cláudio José Tozzi à *Folha* em 21/2/88.

(20) O jornal procurou, mais tarde, eximir-se também dessa responsabilidade. A qualificação dos professores da lista como "sem produção científica" seria, dez meses depois, atribuída à Reitoria da USP, num box a uma notícia relativa à publicação do "Anuário Estatístico" daquela universidade. Capriglione, L., "USP registra produção maior depois do caso dos 'improdutivos'", *Folha*, 22/11/88.

Reportagem. [...] É recomendável que, antes de ir a campo, sempre que possível, o repórter estude o tema a que a reportagem se refere. (p. 122)

Seria equivocado, contudo, imaginar que o erro na identificação entre uma coisa e outra tenha sido acidental. Por um lado, devido aos pressupostos

empiristas nela predominantes, a *Folha* hipervaloriza metodologicamente os indicadores em detrimento da coisa pretensamente medida. Por outro, tomar a parte pelo todo constitui uma das licenças a que jornais com frequência se entregam, em nome do impacto jornalístico. O fato de os professores em questão terem sido apontados indiscriminadamente como "improdutivos" deve ter sido pesado e suas implicações avaliadas. Os dirigentes do jornal tinham total consciência do reducionismo que praticaram:

*[...] a opinião pública precisa combinar a sua sede de cobrança com o respeito por um mínimo de especificidade universitária, pelas complexidades inerentes à avaliação de um trabalho em larga medida imaterial, como o acadêmico, em que publicar é um aspecto mensurável e importante, mas um aspecto.*²¹

(21) Frias Filho, O., ob. cit.

Seria normalmente inaudito ouvir da mesma pessoa essa frase e a justificativa para uma ação diretamente contraditória com ela. Na *Folha*, contudo, o mundo é um suceder-se de intervalos independentes, cada qual um universo fechado em si mesmo. O próprio conceito de incongruência perde sentido.

Para prosseguir no exame ainda técnico do caso "improdutivos", convém examinar uma última peculiaridade do texto já mencionado de Fromer e Capriglione. A certa altura, afirmava-se:

[...] alguns docentes não se dignaram a responder à pesquisa. São professores que se consideram acima de qualquer avaliação, acham que o "trabalho intelectual" que realizam está fora dos padrões de controle a que todos os profissionais estão sujeitos na sociedade. Se eventualmente o nome [sic] desses docentes aparece na lista a responsabilidade é deles mesmos.

Acontece que, entre os catorze entrevistados pela *Folha*, um deles, José Miguel Wisnik, declarou: "Acho que falta informação à reitoria. Provavelmente eu não preenchi algum relatório burocrático". Outro, Celso de Rui Beisiegel, afirmou, mais guardadamente: "Acho que meu nome está na lista porque não mandamos informações completas para a reitoria". Ora, se é indiscutivelmente verdadeiro que o docente tem obrigação de responder a questionários e não tergiversar a respeito, isso não guarda relação com o fato objetivo de o docente em questão ter ou não ter realizado publicações, assunto este o focalizado pela reportagem. O não-preenchimento de relatórios burocráticos, seja por inadvertência, por desconsideração ao dever de prestar contas à instituição ou ainda por ação deliberada²², poderia ter sido objeto de tratamento jornalístico, entrevistando-se as pessoas especificamente

(22) Como "uma espécie de desobediência civil ao antigo reitor Hélio Guerra Vieira", de acordo com o expresso por Carlos Guilherme Mota em reunião de professores da USP realizada no dia 23/2/88 e noticiada pela *Folha* em 24/2/88 ("Docentes da USP fazem críticas à *Folha* e à reitoria").

sobre isso, indagando os motivos que teriam a apresentar e assim por diante. Mas, não: as jornalistas preferiram interpretar a omissão atribuindo aos professores a opinião, não expressa por eles, de que seu trabalho estaria "fora dos padrões de controle". Pior, saíram-se com um "bem feito!".

Deve-se frisar que qualquer pessoa tem todo o direito de criticar a atitude de não se preencher questionários. Mais, e ao contrário do que a *Folha* acredita, não é preciso obter uma declaração explícita de desprezo por um comportamento exigível para se identificar em alguém a presença de tal desprezo. Isso, porém, é um julgamento pessoal que, segundo a *Folha*, constitui matéria de opinião. Num jornal mesmerizado pela pretensa divisão entre fato e opinião, é imperdoável que uma coisa se misture à outra. Como afirma o *Manual*, "o jornalista não deve especular sobre os estados emocionais, pensamentos e intenções dos personagens, exceto quando escrever textos de análise/interpretação ou artigos"²³.

(23) Verbete *Estados emocionais*, p. 76.

O jornal, e a despeito de si próprio, não estava de fato interessado no particular indicador expresso pela lista, mas num tema bem mais amplo, a coisa indicada, a universidade e o trabalho acadêmico. Era esse o assunto tratado pelos artigos "de apoio" à matéria principal e pelos catorze depoimentos colhidos. O caso da lista foi aproveitado como "gancho", e a "avaliação" tratada em microdepoimentos e por articulistas.

Apesar de todas as falhas de cobertura e do modo rudimentar com que lidou com o assunto, o jornal foi movido por um interesse que considerava legítimo quanto às práticas acadêmicas brasileiras. Tal preocupação era informada por um certo conjunto de juízos, constituído a partir da experiência universitária dos integrantes da cúpula do jornal. No artigo "O Centrão da USP", já citado, Suzuki Jr. expunha sua opinião quanto à universidade:

*Conheço editores que sofreram pressões e ameaças porque não quiseram publicar livros de afilhados de figurões da USP. Sabe-se dos concursos realizados às escuras para não quebrar o acerto já estabelecido de quem vai ocupar uma vaga de professor (existe alguma diferença com a fraude da ferrovia Norte-Sul?). Alguém conhece teatro mais hipócrita do que as defesas de tese, onde não se reprova ninguém (quando já se sabe que Fulano vai ser reprovado não tem defesa de tese)? Quem controla os professores que não gostam de dar aula? Quem vai cobrar o pacto de tolerância existente em várias unidades que consiste em não cobrar nada dos alunos para não ser cobrado na competência? Aliás, o que a USP faz com seus incompetentes, a não ser acobertá-los?*²⁴

(24) Suzuki Jr., M., ob. cit.

Otávio Frias Filho aduziria, quatro dias depois:

*A título de opinião pessoal, duvido que se possa reverter a degradação complacente dos níveis de ensino e rigor intelectual ali onde ela já aconteceu. Ao vicejar, a improdutividade e seu cortejo de males (mediocridade, anacronismo etc.) se transforma em "conquista social" e direito adquirido. O que parece necessário e inadiável é que as melhores universidades públicas do país adotem providências duras para estancar a degradação enquanto é tempo.*²⁵

(25) Frias Filho, O., ob. cit.

Isso transparece até mesmo no modo como a editoria de Educação e Ciência era definida no *Manual*:

Editoria de Educação e Ciência. [...] Deve manter atitude crítica em relação à queda da qualidade do ensino e dos padrões de saber universitário. (pp. 49-50)

Os problemas mencionados por Suzuki Jr. e a degradação complacente apontada por Frias Filho não poderiam ser objeto de surpresa para ninguém que já passou pela universidade. Muito menos deveriam sê-lo para quem vive nela. Ao contrário do que às vezes se supõe, havia por parte da *Folha* uma preocupação genuína com o mundo acadêmico. Ninguém se lança numa polêmica de dois meses, arriscando-se a hostilizar uma parcela importante de formadores de opinião, em torno de um assunto que julga desimportante, nem pede providências para melhorar algo que deseja ver destruído. Interpretações de tipo conspiratorial que se fizeram à época para "explicar" o comportamento da *Folha* erraram liminarmente ao desconsiderar que o jornal tinha o direito legítimo de tratar — ou seja, noticiar — de um tema como o da avaliação acadêmica.

O principal problema da *Folha* foi o fato de que se viu incapaz de traduzir adequadamente essa preocupação e de aplicar a "atitude crítica" de seu *Manual* no caso em questão, uma vez que apenas passou a seu leitor a face demolidora da crítica. Não conseguiu elaborar o tema em reportagens posteriores, mantendo-se no plano das opiniões. O "gancho" da lista vazada pela USP não foi empregado para "engancha" outras reportagens, seja no primeiro dia, seja nos subsequentes. Exceto por um despacho de seu então correspondente em Washington (EUA)²⁶, na verdade mais um relato pessoal, o trabalho posterior de reportagem centrou-se nas repercussões da publicação do material. Seu papel na polêmica foi idêntico ao dos demais participantes, reafirmando mais uma vez que o jornal é forte na opinião mas fraco na apuração. Deixou, assim, escapar uma oportunidade de tratar a produtividade acadêmica jornalisticamente.

Tendo em mente a peculiar noção de objetividade reinante no jornal, é sempre difícil que consiga tratar inteligivelmente de um tema desse tipo, que se caracteriza pela complexidade. É verdade que nada complexo pode ser bem coberto por um jornal, qualquer que seja ele; mas a *Folha* leva essa

(26) Lins da Silva, C.E., "Publicações e desempenho didático contam pontos nos EUA", *Folha*, 23/2/88.

constatação ao limite extremo, desistindo, através de estipulações metodológicas, de operar com a complexidade. Passa a postular sua inexistência, reduzindo todos os assuntos a ajuntamentos desconexos de fatos isolados. Por isso as observações dos participantes do debate que se seguiu à publicação da lista caíram, na *Folha*, em ouvidos moucos. Foi o que sucedeu com a argumentação de Antonio Candido²⁷, que seguiu a mesma linha das presentes notas no que se refere à crítica ao noticiário. Na resposta de Otavio Frias Filho assinalava-se mais uma vez a apologia da "objetividade" jornalística puntiforme, descomprometida com considerações extrínsecas ao diretamente observável:

Os riscos de uma ética jornalística da convicção são facilmente apontáveis. Suponho que os riscos inerentes à outra ética, a da responsabilidade, sejam igualmente conhecidos quando se trata de aplicá-la ao jornalismo, onde ela pode começar a tomar a forma de bons sentimentos, progredir para a autocensura e terminar, aí sim, como manipulação. A utopia regressiva de desejar novamente uma imprensa que decide o que publica antevendo as consequências, "boas" ou "más", do que publica — desejo que me pareceu nítido no artigo do professor Antonio Candido sobre o tema [...] — só poderá nos levar de volta a um jornalismo que tratava a opinião pública como "hacienda"²⁸. Era essa imprensa que decidia, sem respaldo nos procedimentos técnicos da profissão, o que o público poderia e não poderia conhecer, e quais as personagens do noticiário a serem tratados como amigos e como inimigos.²⁹

(27) Candido, A., "Jornal e universidade", *Folha*, 2/3/88, p. A-3.

(28) Tal interpretação do artigo de Antonio Candido parecia configurar uma tentativa de argumento *ad hominem*, na linha casa-grande-e-senzala.

(29) Frias Filho, O., ob. cit. Grifo do autor.

E, no entanto, a *Folha* tinha, como tem, suas convicções, a principal delas a de que a ética da imprensa se encerraria nos "procedimentos técnicos da profissão", por sua vez resumidos nas ações empiricamente "verificáveis" da reportagem e da edição: testemunhar, entrevistar, escrever, submeter ao editor, titular, fechar o jornal no horário. Como já acontecera no episódio de Deus, Frias Filho reafirmava ser possível ao jornal fornecer um retrato do mundo formado pela sucessão acidental de eventos singulares, não só sem apoio numa superestrutura conceitual como também carente de inteligibilidade local.

Trazida ao prosaísmo como organismo uno, a "opinião pública" era descrita como ser dotado de racionalidade própria. Na visão da *Folha*, um ser racional pode, em princípio, separar o joio do trigo, o relevante do irrelevante, recebe *inputs* de informação, que processa e transforma em *outputs* por meio da ação. Em suma o "mercado", dotado de poder decisório pesado, refletido. Filtrar o que se publica é encarado como agressão à racionalidade ou à liberdade do público — daí a alusão ao escravagismo. O fato de as instituições que se dirigem ao público — como as agências de publicidade, a televisão, os partidos políticos, as seitas religiosas etc. — agirem através da mistificação dos agentes individuais (tratando-os assim objetivamente como componentes de

uma senzala), sem dúvida presente no pensamento dos dirigentes da *Folha*, inexplicavelmente não os leva a se situarem no mesmo plano, permitindo-lhes reivindicar para o jornal o privilégio de agir em outra esfera. É o mesmo mecanismo pelo qual a propaganda se apresenta a si própria como informação.³⁰ Propaganda como informação ou informação como propaganda, qual é a diferença?

Seria inútil tentar enquadrar a atitude da *Folha* no âmbito de projetos filosóficos ou ideológicos coerentes. O resultado de todo o esforço de sofisticação intelectual aplicado à orientação do jornal é uma visão de mundo que trivializa todas as relações. Por isso, para a *Folha* carecem de sentido as dúvidas a respeito do relacionamento entre fatos e contextos, o problema crucial do caso dos "improdutivos": o jornal tornou-se incapaz de considerar contextos.

Como jornal, isto é, como "detentor de mandato do leitor", a *Folha* não conseguiu lidar com a questão central de toda a polêmica dos "improdutivos": por que integrantes respeitabilíssimos da comunidade acadêmica se sentiram na obrigação de defender a universidade em bloco, sem mediar tal defesa com uma admissão do que ela tem de ruim? Para tomar um exemplo que simboliza à perfeição esse dilema, Antonio Candido comentaria uma manifestação particularmente enviesada da Associação dos Docentes da USP, criticada em editorial da *Folha*, com as seguintes palavras:

*Se houve exagero por parte desta [isto é, da Adusp], ele é menor e mais justificado do que o do final [do editorial], onde se afirma de maneira lamentável que a universidade brasileira perdeu o prestígio, a qualidade e a seriedade intelectual. Isto não é verdade e a afirmação só pode ser atribuída à desinformação e ao mesmo impulso passional que se condena nos outros.*³¹

(30) Como derivação, é interessante refletir a respeito dos motivos que fazem os jornais não se ocuparem da publicidade como assunto. O "mercado", sem dúvida, corporificado nas ações de programação de anúncios... A *Folha*, por exemplo, limita sua "atitude crítica" nesse terreno a uma coluna semanal assinada por um proprietário de agência de publicidade!

(31) Candido, A., ob. cit.

Em outro ponto, A. Candido aduziria seu julgamento de que, nos terrenos dos estudos literários, da história e da filosofia, "a produção é de um nível e de uma abundância absolutamente inéditos no Brasil". A *Folha* não se deu ao trabalho de, jornalisticamente, explicar por que altas doses de mediocridade podem se encontrar presentes na mesma comunidade junto com uma produção abundante e de qualidade — quem melhor do que Antonio Candido poderia julgar as duas coisas, na sua própria área profissional?

O jornal, entretanto, cobrava da USP algo que não seria, em princípio, exigível:

Mas por que a USP não denuncia as suas próprias fragilidades publicamente? [...] Por que não se coloca publicamente essa questão, para fora da fofocagem da briga de vizinhança da província universitária?

*E mais: quem, dentro da própria universidade, teria coragem de desafiar o tédio e a sensação de perda de tempo e se dispor a ler 50% das teses defendidas em Ciências Humanas? Ninguém é louco de enfrentar esse castigo, mas estão todos aí escondendo o vexame [...].*³²

(32) Suzuki Jr., M., ob. cit.

Não se pode esperar de uma comunidade acadêmica, ou de qualquer outra, que conduza seus assuntos através de denúncias públicas³³. Independentemente disso, teria sido necessário que se tivesse respondido, por exemplo, às acusações relativas a concursos, defesas de tese, falta de exigência na atividade docente etc. Isso acontecia ou não acontecia, na opinião dos professores da USP que se envolveram na controvérsia? A defesa que fizeram da instituição, no atacado, não foi acompanhada de respostas adequadas e específicas no varejo, o que só levava a reforçar a opinião de que havia vexames a esconder³⁴.

(33) E aqui não caberia, por parte da *Folha*, a réplica de que ela própria faz isso, através de seu ombudsman (advogado do leitor): os assuntos internos da administração do jornal não são, evidentemente, levados ao conhecimento dos leitores. Embora se deva dizer que, num episódio decerto atípico dadas as circunstâncias, a *Folha* tenha no início de 1991 efetuado a demissão de um colunista pelas páginas do próprio jornal — no que foi secundada por recriminações blandícias emitidas contra o demitido por um de seus ex-colegas colunistas.

Tanto a produção de qualidade a despeito do meio, como a invasão da mediocridade, como a ineficácia dos melhores frente aos medíocres, se dão por mecanismos que poderiam ter sido objeto de reportagem. Florestan Fernandes, por exemplo, embora de maneira apenas parcial (pois se limitou a atribuir as mazelas universitárias à direita, esquecendo-se da responsabilidade de certa esquerda), deu a pista de alguns desses mecanismos,³⁵ que poderiam ter servido para compor a pauta do jornal. Mas isso exigiria investigação, algo que o jornalismo brasileiro em larga medida desconhece: se a notícia não vem de mão beijada, pré-articulada e filtrada pelo interesse de alguém ou de algum grupo, não serão os jornais a levantá-la.

(34) Esse horror da academia brasileira à admissão de erros e debilidades em quaisquer circunstâncias — e que só enfraquece as posições de cada um —, bem como a indisponibilidade orgânica ao debate impessoal e público, deveriam ser objeto de análise.

O episódio dos "improdutivos" assinalou um ponto de inflexão no relacionamento da *Folha* com os intelectuais paulistas. Desde meados da década de 1970, quando decidira apostar seu futuro na abertura política, se estabelecera uma colaboração íntima e frequente entre o jornal e os intelectuais. O caso dos "improdutivos" pode ser tomado como ruptura dessa colaboração, explicitada com todas as letras na ocasião pela palavra dos representantes do jornal. Assim, Suzuki Jr. diria:

(35) Fernandes, F., "Essência e aparência", *Folha*, 17/3/88, p. A-3.

*Mas o mais fundamental de tudo, o verdadeiro alvo de sua [isto é, dos "ressentidos da USP"] ira contra a Folha é que este jornal deixou de reconhecer a USP como a única fonte da verdade [...].*³⁶

(36) Suzuki Jr., M., ob. cit.

Note-se a formulação, "deixou de reconhecer". Otavio Frias Filho sublinharia o mesmo *turning point*, ao escolher para um artigo o título "Nem amigos nem inimigos" e ao escrever:

[...] as reações em sua [da USP] defesa ganharam ares de indignação ao prosperarem num ambiente melhor acostumado a fazer que a receber

*críticas e até então seguro quanto ao fato de que a imprensa poderia ser um dia "aliado", nunca um "inimigo".*³⁷

(37) Frias Filho, O., ob. cit.

Até então, e não mais. O espaço disponível para os temas de interesse dos "leitores mais intelectualizados" (conforme põe o *Manual*) foi sendo reduzido e ocupado pelos acidentes do cotidiano da "cultura de massa". Embora a ruptura não tenha ainda se processado completamente, não atingindo a radicalidade com que se configura, por exemplo, no jornal *O Estado de S. Paulo*, os intelectuais começaram a encontrar cada vez menos sintonia temática com a *Folha* e ao mesmo tempo viram estreitado o terreno para a publicação de seus próprios escritos.

Importância da notícia. [...] a *Folha* fala para o conjunto de seus leitores, não para o conjunto da população. (p. 31)

O jornal não fala mais para os intelectuais. E, do mesmo modo como ninguém perde muito tempo com os demais órgãos da imprensa, a maioria dos quais dotada de defeitos piores e qualidades menores, chegará um momento em que deixará de constituir objeto de preocupação específica aquilo que acontece com a *Folha de S. Paulo*.

Cláudio Weber Abramo é bacharel em matemática e pós-graduando em filosofia da ciência. Trabalhou na *Folha de S. Paulo* em 1984, na edição da primeira página; e em 1987, como editor de Informática e depois, de Economia.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 31, outubro 1991
pp. 41-67

RESUMO

Neste ensaio procura-se exibir alguns dos pressupostos da metodologia jornalística professada pela *Folha de S. Paulo*. Para isso se realiza uma análise parcial do *Manual Geral de Redação* daquele jornal e se recorre a algumas manifestações públicas de integrantes de sua cúpula dirigente. Conclui-se que a *Folha* professa uma visão de mundo identificável com o empirismo vulgar. Os pressupostos explícitos da publicação são, então, aplicados ao exame de dois episódios em que o jornal esteve envolvido: a pergunta formulada na televisão por um jornalista da *Folha* ao então candidato à Prefeitura de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, sobre se este acreditava em Deus; e a publicação de uma lista de professores da Universidade de São Paulo acusados de improdutividade acadêmica.